



## ARTE E POLÍTICA NACIONAL: O legado pós-imperial e pós-colonial chinês

Laura Hostetler

*Laura Hostetler (hostetle@uic.edu) é professora do Departamento de História da Universidade de Illinois, em Chicago. Suas áreas de especialidade incluem etnografia e cartografia na China Imperial; contato e trocas intelectuais sino-européias.*

**Tradução: Alessandra Tráldi Simoni<sup>1</sup>**

Em fevereiro de 2009 o negociante de arte Cai Mingchao causou alvoroço ao oferecer um lance recorde de 15 milhões de euros por cada uma de duas figuras do zodíaco em bronze, feitas por Giuseppe Castiglione, um jesuíta europeu que trabalhou por quase toda sua carreira a serviço da corte Qing. A notícia da quantia vencedora do leilão foi eclipsada, no dia seguinte, pelo anúncio de que Mingchao, na verdade, não iria pagar aquela soma. Ele declarou que os objetos deveriam ser devolvidos à China, pelo fato de terem sido levados do país em 1860, quando os ingleses saquearam o palácio de verão imperial, ao norte de Pequim. A opinião pública chinesa dividiu-se quanto ao incidente: alguns aprovaram abertamente o gesto, enquanto outros pareciam envergonhados. O que está na verdade em jogo neste debate? Para compreender as forças atuantes sobre este incidente, precisamos entender o legado histórico da China pós-imperial/pós-colonial e as interpretações chinesas dessa história.

A dinastia Qing, que encomendou as esculturas, era dirigida pelos Manchus, que invadiram a China em 1644, durante o colapso interno da dinastia Ming. A casa Manchu, estrangeira, governou com assistência chinesa sob o já estabelecido sistema dinástico, até 1911, quando tanto a dinastia Qing, quanto o próprio sistema dinástico entraram em colapso. Nesse ínterim, os Qing expandiram o território do império, incluindo regiões que iam muito além do domínio da antiga dinastia Ming. Os territórios

anexados ao império, agora sob seu controle, incluíam sua própria pátria, a Manchúria, assim como a Mongólia, Xinjiang, Taiwan, e, sob vários aspectos, o Tibete. No processo de conquista e consolidação desses territórios, eles usaram uma estratégia que estabelecia a autoridade do domínio Qing com base não somente em força militar, como também em uma variedade de estratégias de poder que incluíam o apoio imperial a uma série de grupos culturalmente definidos.

Em sua pretensão de domínio universal, os imperadores Qing exerceram a patronagem religiosa do budismo tibetano (praticado na Mongólia, assim como no Tibete), fizeram alianças de casamento estratégicas e patrocinaram projetos imperiais multilíngues. Eles recebiam positivamente, também, conhecimentos vindos de fora de seu império, como o revela a incorporação de jesuítas europeus à corte, como artistas e cientistas. Enquanto Giuseppe Castiglione pintava retratos imperiais e fazia esculturas de bronze para fontes decorativas no palácio de verão imperial, outros jesuítas faziam pesquisas e produziam mapas do império, e, por vezes, dirigiam o centro de astronomia. Durante o século dezoito, os Qing viam a Europa como uma fonte de artesãos habilidosos. Seu interesse em artes e ciências vindas da Europa era uma extensão de sua visão universal; queriam parte de tudo que fosse valioso e lhes chamasse atenção. A encomenda de prédios em estilo ocidental no terreno do palácio de verão Yuanming Yuan, assim como a réplica do palácio de Potala que se encontra em Chengde, atestam o cosmopolitismo Qing, e não a superioridade cultural do Ocidente.

As esculturas de bronze que estão no centro das recentes discussões são emblemáticas de um período na história dinástica da China, em que seu cosmopolitismo – e alcance territorial – estavam no auge. Feitas em torno de 1760, as cabeças de rato e de coelho em questão são parte de um conjunto de doze figuras baseadas no zodíaco chinês. Cada um desses doze “galhos” se combinava com um entre dez “troncos”, formando um ciclo de cento e vinte anos com base no qual o tradicional sistema chinês de contagem do tempo era posto em prática. Na China dinástica, calendários e astronomia tinham uma associação muito próxima com a legitimidade imperial. Um calendário preciso e previsões acertadas de fenômenos astrológicos eram vitais para evidenciar e preservar a autoridade imperial. Foi, então, em sintonia com uma política ampla de patronagem que caracterizou a dinastia Qing, que figuras associadas ao zodíaco chinês foram encomendadas a um jesuíta europeu – cujo próprio calendário diferia daquele adotado localmente. Na verdade, foi a

habilidade superior dos jesuítas de prever eclipses de forma correta que os fez ascender a posições de importância no interior do centro de astronomia imperial, no início da dinastia Qing. Porém, o imperador Qianlong reconhecia a importância de se equilibrar o uso de novas tecnologias estrangeiras e os interesses de culturas não-chinesas com a contínua patronagem de práticas culturais chinesas tradicionais. A contratação de um jesuíta europeu para fazer as esculturas representando o zodíaco chinês com base no sistema de calendário tradicional é um excelente exemplo do hibridismo que caracterizava a corte Qing.

Na época do saque, quando um século se havia passado, o destino da dinastia Qing e sua posição em relação aos poderes europeus haviam mudado drasticamente. Os jesuítas há muito haviam sido expulsos, e os britânicos haviam tomado o lugar dos franceses como poder dominante europeu sobre a China. De maiores consequências, no entanto, foram as mudanças no quadro da diplomacia pelas quais essas relações eram conduzidas no lado europeu. Não mais baseada em noções compartilhadas que reconheciam a legitimidade de formações monárquicas e imperiais, a relação transformara-se numa disputa onde as demandas das *nações* européias com relação a comércio e “diplomacia” (nos termos dessas nações) passaram a se assentar em noções inteiramente estrangeiras e bastante indesejáveis para a formação imperial Qing. Para as nações européias, a idéia de *relações tributárias*, das quais seus antepassados participaram de boa vontade (nos dois lados da equação), tornou-se repugnante à luz das noções novas de soberania nacional que passaram a esposar, particularmente no que dizia respeito às relações com a China sob a dinastia Qing. As nações européias, sob o sistema de relações tributárias, eram vistas como suplicantes com relação ao poder imperial chinês.

Apesar de a insatisfação com elementos desse sistema ter sido expressa durante a missão Macartney em 1793, foi apenas depois de algumas décadas de descontentamento britânico com as relações exteriores e práticas comerciais da dinastia Qing que essas disputas foram “resolvidas” militarmente na Guerra do Ópio de 1840-42. Foi no bojo da segunda Guerra do Ópio, em 1860, na qual os britânicos bombardearam o palácio de verão imperial, que vários objetos foram saqueados<sup>2</sup>. Apenas cinquenta anos depois, em 1911, a própria dinastia Qing iria entrar em colapso, dando lugar ao estabelecimento da República da China em 1912, e, por fim, à República Popular, em 1949.

Para os chineses, hoje, a venda das figuras em bronze do zodíaco evoca, mais do que qualquer outra coisa, a queda do palácio de verão e o saque que se seguiu à humilhante derrota da China na segunda Guerra do Ópio. Partindo de uma perspectiva ocidental, pode ser difícil compreender o quanto esse evento assombra a consciência nacional chinesa. No entanto, na China, a própria periodização da história nacional reflete o significado das guerras do ópio e suas conseqüências para a autodefinição da China moderna. Na China, o estudo da história moderna começa em 1840. A narrativa é construída nos termos da luta do país pela sobrevivência, culminando em seu triunfo frente ao poder predatório das potências imperiais ocidentais (e do Japão). Da extraterritorialidade, primeiramente concedida a poderes ocidentais pela Guerra do Ópio, passando pela acelerada ocupação de seu território, a soberania nacional e a integridade territorial chinesas foram colocadas em questão por mais de um século. Para os chineses, a maior parte do século passado, desde a queda da dinastia Qing, em 1911, foi dedicada à reconstrução de uma China forte, e à recuperação das depredações do imperialismo ocidental. A China enquanto nação moderna está agora afirmando sua igualdade com relação a outros poderes dentro do sistema de estados-nação. Sua capacidade de sediar com sucesso as olimpíadas de 2008 simbolizou de forma extraordinária seu novo *status* internacional. Da mesma forma, a China vê o retorno desses artefatos culturais como parte do processo de recuperação de seu devido lugar no mundo. Trata-se igualmente de acertar as contas com o passado.

Muitos no Ocidente enxergam essa questão de modo diferente. Pierre Bergè, o dono das esculturas, é um caso a ser analisado. Quando, antes do leilão, agentes do Estado chinês o abordaram aventando a possibilidade de uma venda privada, ele disse que daria os objetos à China se Pequim “observasse os direitos humanos, desse liberdade ao povo tibetano e recebesse o Dalai Lama”<sup>3</sup>. Para os chineses, a oferta foi tanto um *non sequitur* quanto uma afronta. Um porta-voz do ministro chinês de Relações Exteriores replicou que “limitar os direitos culturais do povo chinês sob o pretexto de direitos humanos é simplesmente ridículo”<sup>4</sup>. O que o porta-voz chinês parece não ter percebido é que não se tratava somente de defender direitos humanos – o novo universalismo emergente – mas de sugerir um paralelo implícito entre o passado colonial ocidental na China e as atuais práticas coloniais chinesas no Tibete. As implicações da fala de Bergè eram “se você desfizer seu ato agora, nós ajudaremos a consertar o que nossos países fizeram há tempos.”

Mas de que maneira os direitos humanos entram nessa questão? Para o Ocidente, direitos humanos constituem, pelo menos em teoria, um ideal universal, ao qual todos os governos deveriam aspirar. De fato, na fala comum, mostrar apoio a esse ideal pode ser mais indicativo do que qualifica uma nação como parte do Ocidente, do que a localização geográfica ou o nível de desenvolvimento de sua economia. Empenhar esforços para a proteção dos direitos humanos não só dá a um governo legitimidade dentro de seu país, como serve para a apresentação de demandas a outras nações, com relação a eventos ocorridos fora de suas próprias fronteiras. A China acha que deve ser isenta de apelos desse tipo – ou para dizer de outra maneira – acha que tais apelos não são realmente universais. As sementes dessa idéia foram lançadas por pensadores nacionalistas do começo do século XX, que construíram a cultura chinesa privilegiando o coletivo sobre o individual. Suas idéias fomentaram o desenvolvimento de forte apoio ao Estado à custa de proteções individuais. Ao mesmo tempo, essa imagem da cultura chinesa deu à nação um *status* “excepcional” que ela evoca até hoje quando está sob pressão internacional. “Nós somos diferentes. Suas regras não se aplicam a nós. Suas preocupações com direitos humanos constituem interferência em nossas políticas domésticas”.

O abismo entre a visão do Estado chinês e a de Bergè sobre a “questão tibetana” deriva tanto da forma como nós vemos os direitos humanos, como de um vazio na historiografia nacionalista chinesa. Embora o Estado chinês tenha se mostrado mais do que disposto a construir uma narrativa que o vê como excepcional e como sobrevivente das agressões coloniais ocidentais, reluta em reconhecer a si próprio como uma formação pós-imperial. Para sobreviver, a nação deve rejeitar a formação política que a precedeu, mesmo que reivindique o legado cultural e territorial dessa formação<sup>5</sup>. Assim, mesmo que a China moderna tenha rejeitado o domínio Manchu com base numa plataforma anti-estrangeira e nacionalista (Han), o Estado se recusa a reconhecer que outras formações culturais, uma vez dominadas pela dinastia Qing, possam preferir ser independentes daquilo que agora experienciam como domínio estrangeiro, sob o governo chinês. Para os chineses, fazer isso seria colocar em risco sua integridade territorial.

O que dizer então das reivindicações culturais da República Popular sobre o passado dinástico chinês? No meio-século decorrido após a segunda Guerra do Ópio, em 1860, a China rejeitou o domínio Manchu, o próprio sistema dinástico e até mesmo o calendário tradicional representado pelas figuras do zodíaco, agora alvos da

polêmica. Por que então a China – Estado e povo – está tão preocupada com o destino desses objetos? De fato, essa questão equivale a perguntar por que Versailles é importante para os franceses. Ou não? Na verdade, está ainda sem resposta a seguinte questão: será possível ao Estado Chinês transformar tibetanos e outros povos não-Han em chineses? <sup>6</sup> O ponto é que não é possível para a nação distinguir os legados culturais e territoriais, que são sua dupla herança, e ainda permanecer intacta.

Finalmente, uma palavra sobre os fatores mais imediatos que podem ter determinado a decisão de Mingchao de não pagar pelos objetos em questão. Foi amplamente divulgado que, no dia seguinte à oferta, ele teria recebido uma carta do governo chinês afirmando que não lhe seria permitido aceitar a entrega das esculturas na China. Apesar de essa alegação ter sido negada, o evento, ou o medo de que ocorresse, podem ter levado Cai a negar o pagamento para evitar perdas financeiras, esperando que seu gesto fosse interpretado como patriótico<sup>7</sup>. No fim das contas, não vem ao caso se suas ações se originaram de um impulso patriótico ou se ele simplesmente não quis pagar uma conta relativa a bens que não poderia legalmente receber.

O que é significativo é o fato de que suas ações foram entendidas por uma parcela significativa do público como patrióticas, porque se encaixaram na mentalidade da China enquanto vítima, que foi incorporada à visão de muitos chineses pela indocinação da narrativa histórica de vitimização da China nas mãos do Ocidente. Isso não significa negar o imperialismo ocidental na China, mas simplesmente reconhecer que a narrativa de vitimização teve seus usos políticos, fortalecendo o nacionalismo para suporte do Estado.

Analisamos as razões pelas quais muitos chineses puderam interpretar os gestos de Cai como patrióticos, ou mesmo como heróicos. Mas o que dizer sobre os chineses que ficaram envergonhados pelo ato, vendo-o como exagerado ou insincero? Penso que esses chineses, que consideraram o incidente como algo de mau gosto, rejeitaram a mentalidade de vitimização da China, preferindo, ao invés disso, optar por um modelo da China-no-mundo, pelo qual a China se relaciona com outras nações soberanas como uma igual, operando com base nas mesmas regras – agora ditadas pelas economias de mercado e pelo direito internacional. Se e quando a China aceitar se comportar de acordo com as regras internacionais, reconhecendo a aplicabilidade universal dos direitos humanos, terá dado uma volta completa no que diz respeito a

sua relação com outros poderes mundiais, caracterizada pelo mesmo cosmopolitismo que permitiu, no século XVIII, a criação das esculturas ora sob debate.

## Notas

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e membro do Grupo de Estudos de Antropologia e Arte (GESTA).

<sup>2</sup> Para um relato fascinante do *Yuanming Yuan* na consciência nacional chinesa, ver Hayian Lee, "The Ruins of Yuanmingyuan: Or, How to Enjoy a National Wound," *Modern China* 35.2 (2009): 155-190.

<sup>3</sup> ERLANGER, S. China Fails to Halt Sale of Looted Relics at Paris Auction. IN: *New York Times*, 24 February, 2009. Disponível on-line: [http://www.nytimes.com/2009/02/27/world/europe/27auction.html?\\_r=1&fta=y](http://www.nytimes.com/2009/02/27/world/europe/27auction.html?_r=1&fta=y).

<sup>4</sup> CHINA says 'relics for rights' offer ridiculous. IN: *AFP*. Disponível on-line: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5h-7WMrKT-YKq9BCuFbXoz7M7U8TQ>.

<sup>5</sup> Para mais sobre este tema ver: DUARA, P. *Rescuing History from the Nation: questioning narratives of modern China*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

<sup>6</sup> Faço alusão aqui a WEBER, E. *Peasants into Frenchmen: the modernization of rural France, 1870-1914*. Stanford University Press, 1976.

<sup>7</sup> MACCABE, A. Saga of the bronze heads: patriotic rescuer now a pariah. IN: *National Post*, March 18, 2009, Disponível on-line: <http://www.nationalpost.com/most-popular/story.html?id=1402295>.

## Referências Bibliográficas:

CHINA says 'relics for rights' offer ridiculous. IN: *AFP*. Disponível on-line: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5h-7WMrKT-YKq9BCuFbXoz7M7U8TQ>.

DUARA, P. *Rescuing History from the Nation: questioning narratives of modern China*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ERLANGER, S. China Fails to Halt Sale of Looted Relics at Paris Auction. IN: *New York Times*, 24 February, 2009. Disponível on-line: [http://www.nytimes.com/2009/02/27/world/europe/27auction.html?\\_r=1&fta=y](http://www.nytimes.com/2009/02/27/world/europe/27auction.html?_r=1&fta=y).

LEE, H. The Ruins of Yuanmingyuan: or, how to enjoy a national wound. IN: *Modern China* 35.2, 2009, p. 155-190.

MACCABE, A. Saga of the bronze heads: patriotic rescuer now a pariah. IN: *National Post*, March 18, 2009, Disponível on-line: <http://www.nationalpost.com/most-popular/story.html?id=1402295>.

WEBER, E. *Peasants into Frenchmen: the modernization of rural France, 1870-1914*. Stanford University Press, 1976.

